

## NOTAS SOBRE UMA DISCIPLINA MARGINAL: A SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DA REDE FEDERAL DE ENSINO

### NOTES ABOUT A MARGINALIZED DISCIPLINE: SOCIOLOGY IN THE FEDERAL EDUCATION GRID CURRICULUM

Luciney Araújo Leitão<sup>1</sup>; Renata Gomes de Abreu Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Docente da Universidade Federal do Acre, Discentes do Mestrado ProfEPT/IFAC, *E-mail*: luciney.leitao@ufac.br;

<sup>2</sup>Docentes do Instituto Federal do Acre *E-mail*: renata.freitas@ifac.edu.br;

Artigo submetido em 30/09/2022 e aceito em 09/11/2022

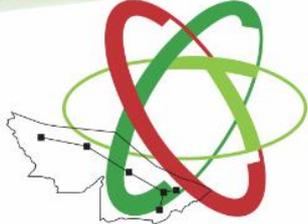
#### Resumo

A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia como componente curricular na Rede Federal de Ensino no Estado do Acre, é objeto de investigação do presente estudo. Nesse contexto, busca-se compreender a inclusão, exclusão e marginalização da disciplina de Sociologia ao longo do processo formativo do contexto educacional brasileiro, e suas possibilidades postas diante de desafios e tensões que marcam a construção das matrizes curriculares. A partir de uma busca pela literatura temática e de acervo documental, buscou-se descrever como o cenário político do país, geralmente configurado a partir de correntes ideológicas, levaram a uma marginalização dessa disciplina e a uma menor relevância no ensino, e como esses fatores contribuíram para mascarar a função da disciplina de Sociologia na construção de uma identidade social crítica, democrática e livre, além da criação de um estigma sobre o campo de atuação no ensino. A quebra de paradigmas quanto ao ensino de Sociologia, começa a ganhar importância a partir das primeiras teorias que fizeram desta disciplina, como fundamental no campo da investigação científica. Apesar de importante corrente das Ciências Humanas, a Sociologia, enquanto disciplina de componente curricular, passa a sofrer ao longo do tempo, um processo de inclusão, exclusão, diluição e reinclusão nos currículos escolares, capitaneada por correntes ideológicas que distorcem e marginalizam a presença da disciplina nos currículos. Outro aspecto a se destacar é a escassez de material didático pedagógico que seja adotado como eixo norteador para o professor de Ensino Médio Básico e na Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Currículo Escolar; Ensino Médio; Sociologia.

#### Abstract

The mandatory nature of the discipline of Sociology as a curricular component of the Federal Education Grid in the State of Acre is the object of investigation of this study. In this context, we seek to understand the inclusion, exclusion and marginalization of the discipline of Sociology throughout the formative process of the Brazilian educational context, and its possibilities posed in the face of



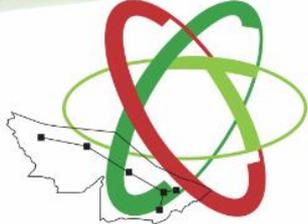
challenges and tensions that mark the construction of curricular matrices. From a search for literature thematic and documentary collection, we sought to describe how the country's political scenario, generally configured from ideological currents, led to a marginalization of this discipline and to a lesser relevance in teaching, and how these factors contributed to masking the function of the discipline of Sociology in the construction of a critical, democratic and free social identity, in addition to the creation of a stigma on the field of action in teaching. The breaking of paradigms regarding the teaching of Sociology, begins to gain importance from the first theories that made this discipline, as fundamental in the field of scientific investigation. Despite being an important current of the Human Sciences, Sociology, as a discipline of curricular component, starts to suffer over time, a process of inclusion, exclusion, dilution and reinclusion in school curricula, led by ideological currents that distort and marginalize the presence of discipline in curricula. Another aspect to be highlighted is the scarcity of pedagogical didactic material that is adopted as a guideline for the teacher of Basic High School and in Vocational and Technological Education.

**Keywords:** Scholar Curriculum; High School; Sociology.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a construção do currículo escolar, é nortear a base de formação da vida de um aluno de ensino básico, médio, técnico e tecnológico, ao mesmo tempo, construir marcadores de identidade das mais diversas disciplinas e eixos educacionais que compõem a matriz de ensino. Um dos principais marcadores presentes nos currículos, é a construção de uma identificação por parte do aluno com uma futura atuação profissional, pois é a partir da execução das disciplinas em sua vivência escolar, que o aluno passa a ter uma certa afinidade com determinada área de conhecimento e a partir dela, construir uma escolha para aprofundamento em seus estudos e até mesmo um futuro profissional

A construção curricular da disciplina de Sociologia e os livros didáticos utilizados por alunos e professores durante as trilhas do ensino médio, apontam a necessidade de caminhar em uma desconstrução de um senso comum de que afirma continuamente que a disciplina é apenas mais um componente curricular presente na grade de ensino. Nesse contexto estrutural educacional, Charles Wright Mills (1965) descreve a necessidade do exercício de abstração para buscar respostas a respeito da disciplina de Sociologia e sua aplicabilidade



escolar, além da construção das temáticas que servem de base para a composição dos livros didáticos utilizados em sala de aula.

Em um panorama inicial, a Sociologia é uma ciência oriunda do campo das Ciências Sociais, que busca compreender as relações existentes em uma sociedade, seus atores sociais e toda dinâmica de funcionamento das instituições sociais presentes em nosso meio. Em um primeiro momento, no contexto de sua formação como ciência, a Sociologia ficou conhecida como Ciência da Crise, e que tinha em seu objetivo central, compreender como a sociedade se reorganizava após o historiográfico de reestruturação da sociedade a partir dos diversos movimentos e revoluções que transformaram o modo de pensar e organizar a Europa a partir do Século XVI.<sup>1</sup>

A quebra de paradigmas quanto ao ensino da disciplina de Sociologia, começa a ganhar importância a partir das primeiras teorias criadas para compor uma corrente epistemológica e que serviram de base para a construção da disciplina como fundamental no campo da investigação científica.<sup>2</sup>

Apesar de importante corrente das Ciências Humanas, a Sociologia como disciplina curricular, passa a sofrer ao longo do tempo, um processo de inclusão, exclusão, diluição e reinclusão nos currículos escolares, além de escassez de material didático pedagógico que servissem de eixo norteador para o professor de Ensino Médio ou na Educação Profissional e Tecnológica EPT

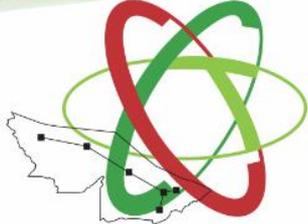
A partir dessa leitura, a compreensão da importância da presença da disciplina de Sociologia como componente curricular, serve de base para a construção de um pensamento crítico do aluno, pois tal ciência ajuda a instigar e ao mesmo tempo, leva o alunado a pensar além de um conhecimento limitado a qual o rodeia.

Entender a disciplina de Sociologia e sua importância no campo

---

<sup>1</sup> Segundo Oganauskas (2015), a Sociologia se estabeleceu como método científico e projeto de compreensão do mundo social durante o século XIX, em meio às diversas transformações que caracterizaram a emergência do mundo moderno. Acontecimentos como o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa foram fundamentais para a consolidação de novas concepções e dinâmicas sociais em um mundo até então centrado em tradições vinculadas ao poder monárquico, religioso e feudal.

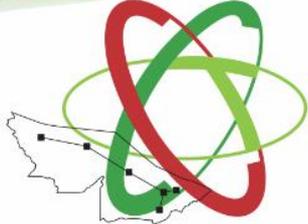
<sup>2</sup> Sociologia se apropriou de métodos de pesquisas do campo das Ciências Naturais, e com essa apropriação, o campo de investigação sociológico, passa a ser as relações sociais existentes.



pedagógico é essencial para compreender a utilização de que esta possa assumir um papel pedagógico que possibilite uma aprendizagem não-excludente, significativa, que localize o educando como um sujeito histórico, autônomo, instigado a pensar e refletir sobre os símbolos e significados do mundo à sua volta e a experimentar a imaginação sociológica (MILLS, 1965). Para isso, é essencial que os mediadores desse processo — os professores de Sociologia — também desnaturalizem sua própria prática em sala de aula, questionando se os resultados educacionais estão surtindo os efeitos desejados; e por, último, que construam com os educandos — que não devem ser vistos como sujeitos passivos no processo ensino-aprendizagem — um melhor entendimento sobre as ciências sociais, encarando-as como um lócus privilegiado onde não existe um único ponto de vista, no qual as possibilidades de construção do conhecimento são diversas e que possam possibilitar a superação de problemas sociais a partir da sua melhor compreensão e que aborde como uma rota diferencial ao método de ensino tradicional.

Uma das críticas ao método tradicional de ensino-aprendizagem, no campo Sociológico, é sobre a sua forma repetitiva e mecânica utilizada para transmitir o conhecimento. O pesquisador Dermeval Saviani (2001) critica esse método de ensino-aprendizagem, o classificando como pedagogia bancária, pois nesse método de ensino, o alunado é tratado dentro de uma lógica passiva, como um mero recebedor de conteúdos, direcionando apenas para uma reprodução do que lhes é transmitido pelo livro didático.

Com a nova política do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021, em que se define as normas e os formatos adequados dos livros didáticos que serão utilizados nas escolas públicas do País, traz uma série de mudanças quando se trata a questão do ensino/disciplina letiva, dentre as quais, a implementação de um livro didático único por área de conhecimento, trazendo como novidade, quatro livros de Projetos Integradores que trazem uma leitura de interdisciplinaridade e um livro voltado para Projetos de Vida. Com isso, o professor em sala de aula pode adotar uma prática pedagógica constituída pela disciplina de Sociologia, articulada com outras disciplinas letivas, buscando uma



valorização dos interesses dos jovens, as especificidades locais, além de incentivar e valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente.

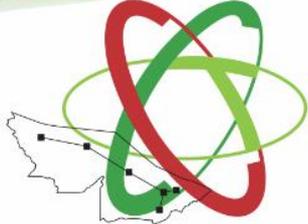
Nessa perspectiva, o saber educacional, passa a ser construído a partir das vivências dos atores sociais inseridos no processo de ensino e aprendizagem, tendo no livro didático um guia com referências que norteiam todo processo de aprendizagem.

## 2 METODOLOGIA

A construção do referido artigo, deu-se a partir de debates temáticos a cerca do sistema educacional brasileiro durante a disciplina de Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica do PROFEPT (programa de pós graduação *stricto sensu* da rede federal de educação profissional e tecnológica), momento que foi oportuno para fazer reflexões sobre as vivências como professor do ensino médio. No exercício da docência, pode-se observar a distribuição da carga-horária da disciplina e do currículo trabalhado ao longo das três séries do ensino médio, além da necessidade em compreender o porquê da distribuição de temas trabalhados ao longo dos três anos, não seguiam uma sequência lógica, cronológica e epistemológica/ teórica, e que o livro didático utilizado, seguia uma sequência didática de matriz curricular apresentada pela Rede Estadual de Ensino e que não atendia a principal função social da rede da Federal.

A pesquisa foi caracterizada através do método documental e por revisão bibliográfica como base em documentos que constituem a presença da disciplina de Sociologia em currículos escolares na Rede Federal de ensino, além de artigos acadêmicos que abordam a temática. Krippendorff (1980) apud Lüdke e André (1986) definem esse método como “uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto.

A abordagem específica sobre pesquisa documental, teóricos como Gil (2010, p. 51), Prodanov e Freitas (2013, p. 128) definem que esse procedimentos técnicos tem como característica central o fato de os dados não terem passado



por um tratamento analítico mais detalhado ou serem utilizados como premissa para uma reelaboração, tendo como foco central os objetivos da pesquisa que é o de compreender a marginalização da disciplina de Sociologia no currículo da educação básica.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

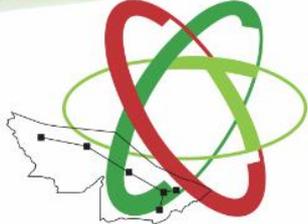
#### 3.1 A SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DE ENSINO, PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE UMA DISCIPLINA

A compreensão da configuração da obrigatoriedade, a diluição, exclusão e inclusão da disciplina de Sociologia nos currículos escolares do ensino médio regular, técnico e integrado, é construída a partir de um paralelo histórico apresentada por diversas pesquisas temáticas que buscaram entender a presença da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos escolares.

O Sociólogo Cristiano Neves Bodart (2019), em sua obra: Sociologia e Educação: Debates Necessários — Volume I, aponta a presença da disciplina nos currículos a partir de momentos distintos de nossa política institucional. Segundo o autor, a introdução da disciplinas nos currículos escolares deu-se a partir do período do Brasil República. O autor descreve que, as mudanças ocorridas nos currículos escolares do Brasil não teve bases concretas ou justificativas didáticas e pedagógicas, mas especificamente decisões unilaterais que eram embasadas pelos cenários políticos ideológicos dos diferentes momentos de nossa história republicana. Se por um lado, essas mudanças representavam em alguns momentos avanços na educação, a partir da implementação e obrigatoriedade da disciplina, por outros, representava um atraso.

Rêses (2007), descreve a retirada da Sociologia a partir de uma descontextualização do caráter científico da disciplina, apontando para uma classificação a partir de um caráter ideológico, conforme citação a seguir.

A sociologia era vista como sinônimo de comunismo, e seu ensino passa a ser visto como uma forma de aliciamento político,



o que perturbava profundamente as elites, que consideravam a presença da disciplina no currículo escolar um indicador perigoso. (RÊSES, p.194).

Nessa leitura histórica, a disciplina de Sociologia como componente curricular do Ensino Médio é caracterizada por idas e vindas ao longo da história educacional do Brasil, ficando condicionada ao cenário político ideológico que marcaram o país.

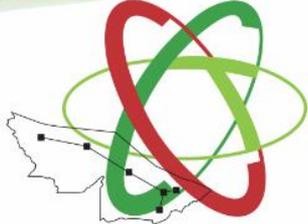
Silva (2010), afirma que a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, absorve em seu plano de ensino pedagógico as incorporações de teorias voltadas para a compreensão da sociedade, os conceitos sociológicos clássicos como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, além de discursos de políticos e intelectuais do campo das Ciências Sociais. Além disso, aponta a necessidade para a construção de uma disciplina no currículo escolar do ensino básico que contribua na construção de entendimentos a partir dos experimentos científicos, voltada para a compreensão das relações sociais e de conflitos existentes na sociedade e contribuindo para uma formação omnilateral do indivíduo, visando o que Frigoto e Ciavatta (2012), descrevem como emancipação em todos os sentidos humanos.

### 3.2 ENTRE IDAS E VINDAS DE UMA DISCIPLINA MARGINALIZADA NOS PLANOS EDUCACIONAIS

Os primeiros relatos sobre a institucionalização da disciplina de Sociologia nos currículos escolares datam de 1891, especificamente a partir da Reforma Benjamin Constant. Essa reforma instituía pela primeira vez, a inclusão da disciplina no então ensino secundário, voltada para a compreensão da sociedade brasileira da época.

No contexto histórico educacional brasileiro, a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino secundário teria uma vida curta, em 1901 a implementação da Reforma Epitácio Pessoa determina uma retirada oficial da disciplina dos currículos escolares.

Fernanda Feijó em sua pesquisa “Breve Histórico do Desenvolvimento do

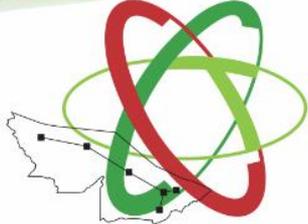


Ensino de Sociologia no Brasil” (2012) apresenta dados sobre a inclusão e exclusão da disciplina a partir de uma linearidade histórica. Segunda a autora, Reforma de João Luiz Alves Rocha Vaz, em 1925 traz a obrigatoriedade da disciplina nas escolas normais e nas escolas secundárias, evidenciando sua sistematização através de uma Ciência da Sociedade.

Na década de 1930, algumas reformas foram instituídas nos currículos escolares, dentre as quais a Reforma Francisco Campos de 1931, que propôs a inclusão da disciplina de Sociologia no 2º ano dos cursos preparatórios ofertados como base para o ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, de Engenharia e Arquitetura. Sendo inserida como disciplina, em 1935, no currículo do curso normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis no Estado de Santa Catarina e que contou com influências dos Cientistas Sociais renomados como o francês Roger Bastide e o estadunidense Donald Pierson.

Com as mudanças estruturais da sociedade brasileira ocorridas entre às décadas de 1930 e 1960, a expansão do capitalismo, o processo de urbanização das cidades, as migrações para o sudeste, a mudança do modo de produção, princípio da industrialização, o estabelecimento da nascente burguesia, além das mudanças de traços culturais e educacionais, serviram de base para que intelectuais brasileiros como Antônio Candido e Florestan Fernandes defendessem a reinserção da disciplina de Sociologia aos currículos do ensino superior e técnico. Esses pensadores brasileiros, discutiam a possibilidade e limites da disciplina em seu campo teórico na compreensão dessa nova sociedade brasileira, apontando a necessidade da inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos secundários de todo país. Porém, apenas em 1962 após a apresentação dos currículos escolares que serviriam de base para todo ensino secundário, o Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação, optaram por não incluir a Sociologia como disciplina letiva obrigatória.

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo em 23 de dezembro de 1963, divulga a Resolução nº7/63, em que dispõe que seja ofertada a disciplina de Sociologia como optativa nos cursos clássicos, científicos e ecléticos em todo Estado. Com a regulamentação do ensino profissional no nível médio



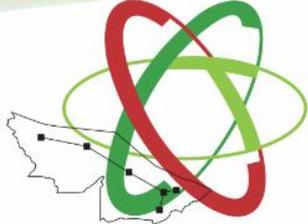
apresentada pela Reforma Jarbas Passarinho de 1971, foi novamente retirada a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia dos currículos escolares no Estado.

As transformações políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 1960, trouxeram novos rumos aos currículos escolares. Durante o regime militar que se instaurou a partir de 1964, a disciplina de Sociologia passa por um processo de marginalização, principalmente devido suas principais correntes epistemológicas apontarem para a compreensão de sociedade, e isso fortaleceu o discurso de que a disciplina fosse vista como perigosa para estar presente nos currículos de nível médio, o que levou a ser censurada pelo regime político da época.

Fato esse, levou a Sociologia a ser substituída pela disciplina recém-criada denominada de Estudos Sociais, esta passou a ser inserida como componente curricular obrigatório nos currículos escolares de 1º e 2º séries do Ensino Médio, abrangendo temáticas de outras Ciências Humanas como Geografia e História, além da inclusão das propostas por Anísio Teixeira em em 1962 de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSP), que de acordo com Vieira (2005) tinham como principal função pedagógica o de apresentar para o aluno as instituições sociais e a configuração da organização do Estado, sua Constituição, os processos democráticos, os direitos políticos e deveres do cidadão brasileiro.

Essa retirada brusca do pensamento crítico, ocultando uma censura de suas correntes teóricas trouxe uma marginalização da essência da disciplina de Sociologia, e trouxe um aprofundamento ainda maior na compreensão dos problemas sociais e políticos vivenciados no país.

O Sociólogo Amauri Moraes em seu artigo: “Sociologia no ensino médio: reconquistas históricas — reflexões metafóricas” (2003), apresenta uma descrição do processo para reinserção lento e gradual da Sociologia nos currículos escolares do Ensino Médio no Brasil, utilizando como ponto de partida, os debates realizados pela Associação dos Sociólogos de São Paulo em 1984,, tendo como pauta central, volta da disciplina de Sociologia ao currículo do Ensino Médio.



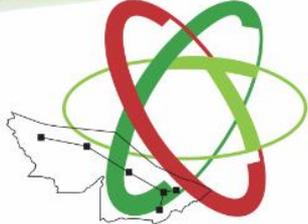
Moraes (2003) descreve que, a movimentação em defesa da reinclusão da disciplina nos currículos escolares promovida no Estado de São Paulo teve efeito cascata nos demais Estados da Federação, movimento esse que levou os Estados do Pará e do Distrito Federal promoverem debates no ano de 1986 para reinserção da disciplina em seus currículos de nível médio. No ano de 1989, os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seguiram o mesmo movimento de inclusão da disciplina e tornaram a Sociologia obrigatória em seus currículos escolares.

Apesar da movimentação por parte da categoria na década de 1980 pela reinclusão da disciplina de Sociologia nos currículos escolares de nível médio, é apenas em 1998 com a alteração na Lei 9.394/96, que o Ensino de Sociologia passa a configurar no currículo, essa inserção da disciplina é apresentada no trecho da lei como conhecimentos em Sociologia com a inclusão na Área de Ciências Humanas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

No artigo descrito por Moraes (2011), o autor faz uma leitura do ensino das disciplinas de Sociologia e Filosofia no contexto da LDB, chamando atenção para o trecho da lei que aborda a disciplina, pela lei Lei n. 9.394/96, art. 36, § 1º, III. Segundo o autor, ao ser referir a inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos currículos, o dispositivo traz um tratamento apontado como obscuro, pois classifica as disciplinas apenas “domínio de conhecimentos necessários” para exercer a cidadania. O que configura, uma marginalização não apenas do conhecimento sociológico, mas também do conhecimento filosófico.

A inclusão da disciplina nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio ocorre apenas no ano de 1999, na qual a Sociologia passa a ser incluída na Área de Ciências Humanas. Importante destacar que, o então Presidente e Sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, vetou a obrigatoriedade da disciplina nos currículos escolares, trazendo novamente o estigma de marginalização da disciplina e de seu campo de ensino.

Com o processo de reestruturação curricular apresentado a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1999, novas orientações didáticas sobre as disciplinas que compõe os currículos foram apresentadas, dentre as

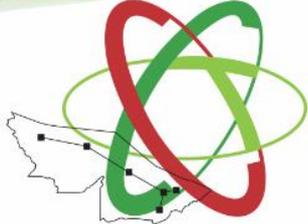


quais, a orientação e defesa da Sociologia como disciplina no núcleo comum do currículo base, trazendo consigo a elaboração de conteúdos temáticos e metodologias de ensino voltadas para a compreensão e entendimento de uma ciência voltada para a sociedade. Essas orientações e apontamentos, trazem consigo uma desconstrução de uma leitura da disciplina de Sociologia apenas como temas transversais e sim como componente curricular, fazendo cumprir o que aponta o Documento Nacional do Ensino Médio, e que vinha sendo ignorado como estabelecia a LDB de 1996.

No artigo “Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade”, Amaury Moraes (2011), destaca que o Parecer emitido pela Câmara de Educação Básica nº 38/2006, firma o compromisso do Ministério da Educação (MEC) de encaminhar uma proposta de alteração da lei e afirmar a inclusão da disciplina de Sociologia juntamente com Filosofia como componentes curriculares obrigatórios, o que segundo o autor, tal documento serviu de base para o estabelecimento da obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do país.

O impacto do Parecer nº 38/2006 foi imediato e trouxe questionamentos quanto a validade das mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM). O parecer motivou uma mobilização de diversas entidades ligadas ao ensino de Sociologia para realização do 1º Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia e Filosofia, ocorrido em julho de 2007 no Estado de São Paulo. Durante o encontro, articulou-se uma frente ampla junto a Deputados e Senadores de diversos Estados do Brasil, tendo como bandeira de luta a aprovação de uma lei que obrigasse o ensino de Sociologia e Filosofia de maneira definitiva nos currículos escolares do Ensino Médio em todos os segmentos e resolvesse todas as incertezas sobre as mudanças propostas pelo Parecer nº 38/2006.

Em 2008, o Deputado Federal pelo Paraná Padre Roque/PT, apresenta o Projeto de Lei 11648/08, em seu contexto, o projeto visava o retorno da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos escolares nas três séries de ensino médio regular, EBTT e EPT, porém é somente no ano de 2009,



no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, que se tem a implementação da obrigatoriedade de maneira gradual da disciplina de Sociologia nos currículos escolares de todas as escolas públicas e particulares no Brasil.

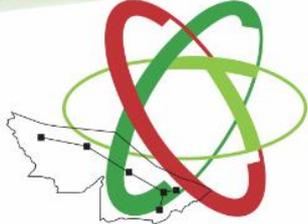
Além da obrigatoriedade nos currículos escolares, o Projeto de Lei 11648/08, trouxe um novo debate a respeito da disciplina, de fortalecimento e criação de cursos voltados para a formação docente do Sociólogo e de cursos de licenciaturas para habilitação de profissionais que exerceriam a função em sala de aula. Esse debate, leva a uma reestruturação nas universidades, com a abertura de cursos de licenciatura em Sociologia, além dos debates em torno da construção de uma matriz curricular escolar no ensino básico que abarcasse os temas relativos ao ensino de Sociologia e a sua distribuição ao longo das séries do ensino médio.

Um ponto importante na construção da obrigatoriedade da disciplina nos currículos escolares, é o do Estado do Acre. No Acre, a inclusão e sua constituição de obrigatoriedade nos currículos escolares da rede pública de ensino foi embasada pela Resolução do CEE/AC Nº 380/2008<sup>3</sup> em que apresentava a disciplina de Sociologia como componente curricular obrigatório. Esta resolução ficou em vigor por apenas dois anos, sendo novamente alterada pela Resolução CEE/AC Nº 77/2010, que torna obrigatório o ensino da disciplina de Sociologia em todas as séries de ensino médio, implementada de maneira gradual em todas as séries do segmento. Esse fato de inclusão da disciplina nos currículos escolares, fez com que o Estado do Acre fosse considerado pioneiro na região norte do País.

### 3.4 O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO PROFISSIONALIZANTE

A Sociologia como componente curricular da Educação Profissional e Tecnológica, possui uma singularidade histórica, marcada por idas e vindas, em

<sup>3</sup> O Parecer da RESOLUÇÃO CEE/AC Nº 77/2010 Aprovou a Organização da Matriz Curricular do Ensino Médio, para as Escolas da Rede Pública do Estado do Acre, foi publicado no DOE/AC do dia 07/04/2010, e visava a implementação do novo currículo escolar estadual a partir do ano de 2010, atendendo o disposto na Resolução CEE/AC nº 380/2008 quanto a disciplinas, carga horária mínima total e dias letivos exigidos pela 9.394/96 (LDBEN).

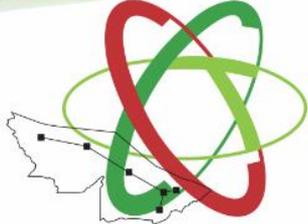


uma historicidade quase que idêntica ao ensino regular. A configuração da presença da disciplina é apresentada a partir da primeira metade do século XX, na qual a Sociologia era componente curricular dos cursos complementares, voltados para a formação das elites nacionais que buscavam ingressar no ensino universitário, nesse período ocorre a institucionalização de um ensino profissionalizante direcionada para as classes “menos privilegiadas” em que formava o indivíduo para o mercado de trabalho, cursos estes que foram instituídos através do decreto Decreto Federal número 7.566, em 23 de setembro de 1909 de Nilo Peçanha, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito no país, e que em seu Art. 7º definia a aprendizagem de um só ofício escolhido pelo aluno a partir de sua aptidão e inclinação. Nessa leitura Freitas descreve que na Constituição de 1937:

Mais que isso, os dois cursos de nível médio nesse período: o propedêutico e o técnico não se equivaliam, e este último não garantia ao aluno o direito de ingressar no ensino superior, o que foi superado apenas com a primeira LDB em 1961 (FREITAS, 1980).

A educação profissional continuou a se desenvolver no Brasil, ao passo que a Sociologia após a Reforma Capanema em 1942 desapareceu dos currículos escolares, também é interessante destacar um outro momento de desenvolvimento opostos entre a Sociologia e a Educação Profissional que se deu no decorrer dos anos de 1970. Segundo Feijó (2012), o contexto histórico da época, foi marcada por uma forte polarização ideológica, e a educação era vista como uma forma de controle do poder ideológico sobre a população. A autora aponta que: Era essencial ao Estado forte de caráter totalitário, que se instalara no país, centralizar no governo federal o controle da educação, utilizando-a no combate às ideias comunistas. (FEIJÓ 2012. p. 133)

Com o intuito de concretizar essa reforma, Capanema partiu do formato das instituições de ensino estabelecidas a partir da reforma proposta por Francisco Campos de 1931, que instituiu e manteve a separação entre o ensino



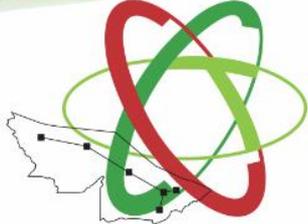
secundário comum e o ensino secundário profissionalizante. Esse período ficou conhecido como a institucionalização da profissionalização compulsória do Ensino Médio no Brasil, cujo o principal objetivo era o de vincular e alinhar as políticas educacionais secundárias com os interesses internacionais que emergiam. Nesse contexto, havia também uma ligação entre os interesses da burguesia nacional com os interesses do capital internacional. Segundo Schrader (2009):

A introdução da formação profissional como objetivo educacional da escola significou atribuir ao ensino, para além da tarefa de preparar para a continuidade da escolaridade, também o objetivo de um valor próprio, ou seja, um a formação concluída. (SCHRADER, 2009, p. 84)

Neste mesmo período a disciplina de Sociologia continuou sendo vista como disciplina marginalizada e evitada nos currículos escolares. Nesse sentido, Silva (2007), ao descrever o processo de profissionalização do Ensino Médio no Brasil, discorre a forma como foi concebido seus currículos educacionais, não havendo espaço para a reflexão sociológica e para a construção de um pensamento crítico, mesmo que alguns conceitos e categorias como trabalho, alienação, divisão social, organização de sociedade continuassem a serem utilizados de maneira diluída a partir das ementas de outras disciplinas.

Considerando os aspectos ligados aos currículos educacionais da formação de nível médio integrado até a formação da Educação Profissional, é importante reconhecer a contribuição fundamental da presença da disciplina de Sociologia na formação do aluno. A disciplina se faz ainda mais necessária, pois é a partir de conceitos teóricos e epistemológicos abordadas em seu campo científico, tendo em vista a perspectiva de formação reducionista da educação técnico profissional levaria o alunado a percorrer um caminho inverso, mecânico e alienado apenas.

Nessa leitura teórica, Frigotto (2007), aponta a necessidade de uma educação omnilateral, e tecnológica enquanto base ou fundamento científico das diferentes técnicas e de formação humana e da atuação dos campos sociais,



políticos e culturais do indivíduo, construindo a partir da inserção da disciplina de Sociologia, uma ciência que pode abrir novas possibilidades de interpretação e compreensão, além de contribuir no processo formativo, caminhando lado a lado e fomentando a produção do conhecimento e da ciência.

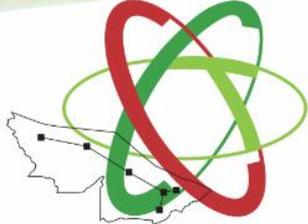
A presença da Sociologia nos currículos escolares dos Institutos Federais, é pensada de acordo com Oliveira (2010), Caridá e Rosso (2021), como diluída nas disciplinas eletivas, nos itinerários formativos interdisciplinares, nos projetos de vida e até mesmo de uma maneira optativa, com sua matriz curricular voltada para reflexão das relações contemporânea de trabalho.

Uma nova mudança ocorrida no sistema educacional Brasileiro foi a institucionalização do Novo Ensino Médio, via Medida provisória 746/2016 editada no Governo Michel Temer, convertida em Projeto Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança significativa na estrutura do sistema educacional do país e novamente levou a disciplina de Sociologia a um processo de marginalização como ocorrido ao longo da história.

#### 4 CONCLUSÕES

A obrigatoriedade do ensino da disciplina de Sociologia nos currículos escolares do ensino básico e EPT, é de suma importância, pois ter um norte de construção de pensamento crítico e que estimule o aluno a compreender toda a dinâmica social a qual se faz presente através de sua imaginação sociológica, é trazer à baila o que aponta Mills (1965) em sua abordagem da imaginação sociológica, que nas palavras do autor “o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período” (MILLS, 1965).

Uma disciplina voltada para compreensão de sociedade e do mundo de trabalho, além de direcionar o indivíduo em seu tempo/espço, permite com que o aluno possa construir seu pensamento crítico e sua forma de compreender o cotidiano em que está inserido.



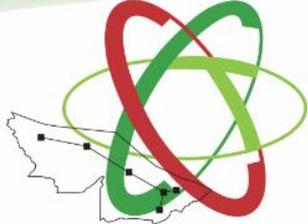
Importante salientar, que a disciplina de Sociologia, deve ser exercida por um profissional formado na área das Ciências Sociais, especificamente na licenciatura. Um fato importante que fortalece o senso comum em torno do ensino da disciplina, é a carência de profissionais licenciados em Sociologia. Esse vazio profissional contribui ainda mais para a marginalização em torno da disciplina e ajuda a reforçar o senso comum difundido de que a Sociologia, por ser uma área das Ciências Humanas possa ser ensinada por professores licenciados em Filosofia, História, Geografia, do Ensino Religioso e principalmente da Pedagogia. A desconstrução desse senso comum e desse estigma em torno da disciplina é apenas uma das lutas árduas enfrentadas no campo de defesa da manutenção da disciplina nos currículos escolares.

Construir e difundir o ensino de Sociologia com o licenciado na área e até mesmo o Sociólogo, é praticar o exercício de desnaturalização do olhar, e contribuir para a desconstrução de um senso comum que por muitas décadas em nosso país, foi ensinado e replicado como uma disciplina de Sociologia de menor relevância na grade curricular educacional, pensada apenas para as reflexões de ética e moral cotidiana. A desconstrução desse pensamento, hoje enraizado no imaginário de muitos pensadores de políticas educacionais, se apresenta como o maior gargalo no ensino da disciplina.

Quando se traz à tona o debate a partir do ensino em EPT, existem outros agentes que disputam a hegemonia curricular, nessa leitura, sendo importante observar os setores que estão no centro dessa disputa hegemônica. A repetição de um ensino focado no caráter instrumentalista numa aproximação fordista entre educação técnica e tecnicista, são os mesmos agentes hegemônicos que apresentam uma maior resistência quanto ao ensino de sociologia.

No campo de atuação da Rede Federal, que engloba os Institutos Federais e os CEFETs, que têm em sua essência uma pedagogia científica voltadas para laboratórios de ensino, a presença da Sociologia sempre foi obrigatória, porém distribuída ou em uma única série de ensino ou nas três séries, com uma carga-horária de apenas 50 minutos nos Institutos.

É importante ressaltar que, apesar de uma recente obrigatoriedade da



presença da disciplina em todas as séries de Ensino Médio, seja ele regular ou EPT, a Sociologia enfrenta questões parecidas com as das décadas anteriores, seja ela por instituições sociais que relegam a disciplina ao mesmo espaço não menos marginal, ou até mesmo a transformando em complemento de carga-horária, ofertada em algumas ocasiões por professores que não têm formação na área, além do velho senso comum de hierarquização da disciplina a um campo menor de ensino, em que sua obrigatoriedade passa a ser ofertada apenas para uma série com uma carga horária de uma aula semanal.

A importância da disciplina de Sociologia nos currículos escolares do Ensino Médio regular e EPT, em nenhum momento é de menor relevância no campo de ensino, pelo contrário, faz-se fundamental. Pois através do campo teórico epistemológico construído pela disciplina, leva o alunado a exercer a compreensão do mundo a qual está inserido, em que busque fugir de um direcionamento apenas para o mundo trabalho, mas em uma disciplina voltada para uma formação humana em todos os seus aspectos de compreensão social, insituida a partir de uma formação ominilateral e humanistica que direcione para o fortalecimento de seu pensamento crítico.

## REFERÊNCIAS

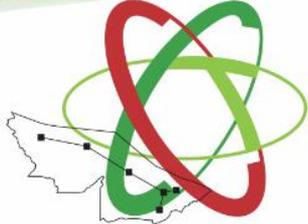
ACRE, Secretária de Estado de Educação e Cultura — Parecer CEE/AC Nº 77/2010, Rio Branco. **Diário Oficial do Estado do Acre**, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 15/98 e Resolução n. 03/98. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**.

BRASIL. Presidência da República. **Veto ao Projeto de Lei n. 09/00**. Mensagem n. 1.073, Brasília, DF, 8 de outubro de 2001



BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 28 de fevereiro de 1967 (...).

**Legislação Federal, Brasília**, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso: 15 nov. 2017

BODART, C. N. **Sociologia e Educação**: Debates necessários – volume I. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

CANDIDO, A. Sociologia, ensino e estudo. Sociologia: **Revista Didática e Científica**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 275-289, 1949.

CARIDÁ, A. C. B. B.; ROSSO, K. G.: Ensino de Sociologia e Educação Profissional e Tecnológica: uma perspectiva crítica a partir das discussões do mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, A.; ENGERROFF, A. M. B.; OLIVEIRA, D. G.; CIGALES, M. (orgs.). **Conquistas e Resistências do Ensino de Sociologia: ENASEB 2019**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2021.

FEIJÓ, F. Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil; **Short History About the Development of Teaching of Sociology in Brazil**. PerCursos, v. 13, n. 1, p. 133-153, 2012.

FERNANDES, F. Comunicação e debates. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo, 1955. p. 319-321; 325-328.

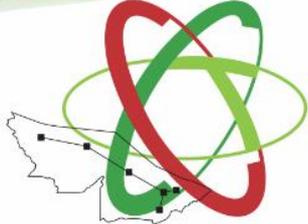
FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 1129-1152, 2007.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **Trabalho como princípio educativo**. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1965.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. CEDES** v. 31 n. 85 Campinas Dec. 2011.

MORAES, A. Sociologia no ensino médio: reconquistas históricas — reflexões metafóricas. Texto apresentado no Fórum Formação de Professores e Cursos de Ciências Sociais, **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, Campinas, 2003. Campinas, 2003b. (inédito).

MORAES, A. O veto de FHC: o sentido de um gesto. In: CARVALHO, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate.** Ijuí: Unijuí, 2004. p.105-111.

OLIVEIRA, A. P. Para que Serve Sociologia? Itinerários na Rede de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Tecnologia & Cultura (CEFET/RJ)**, v. ano 12, p. 22-29, Rio de Janeiro, 2010.

MORAES, A. Em que a sociologia pode contribuir para a educação profissional e tecnológica?. **Holos**, v. 5, p. 166-174, 2013.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Org.). **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania: a revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

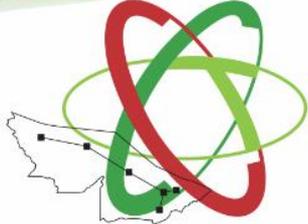
PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RÊSES, E. S. Representações sociais dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n.1, p.177-194, jan./jun. 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Ed. Autores associados, 2001.

SILVA, I. F.: **Pensando a prática pedagógica em Ciências Sociais.** Disponível em: <https://www.yumpu.com>. Acesso em: 01 de julho de 2021 às 13h45.

SILVA, I. L. F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. **Sociologia: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica, 2010. Coleção Explorando o ensino; v. 15. 19 p.



Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 3, n. Edição especial VII Conc&t, 2022

VIEIRA, C. S.: História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964). **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Londrina, 2005.

VIEIRA, M. M: **O ensino profissionalizante e a formação integral no ensino médio**: enfoque sociológico das percepções docentes no interior do Ceará. 2017.

OGANAUSKAS, F. R. M. **Sociologia**: Ensino Médio. Curitiba: Positivo, 2015.